

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
13 de julho de 2011 - Nº 251- www.sindipetrocaxias.org.br



Petroleiros da Reduc, Tecam e Termorio mostram sua força

No último dia 7 de julho, os petroleiros da Refinaria Duque de Caxias mostraram a sua disposição de lutar pela PLR e contra o bônus gerencial. Atendendo à decisão da assembleia, os trabalhadores fizeram seu papel e participaram da paralisação pela manhã. A primeira vitória veio com os trabalhadores do Regime de Turno que, atendendo ao pedido do Sindipetro Caxias, aguardaram os trabalhadores do Regime Administrativo. A segunda vitória foi dos trabalhadores do Regime Administrativo que desceram dos ônibus e participaram da mobilização que reuniu mais de 400 petroleiros.

No dia 8 de julho, foi a vez de os petroleiros do Terminal de Campos Elíseos e da Unidade Termoelétrica Leonel Brizola fazerem a maior manifestação da história. Mais de 150 trabalhadores participaram da mobilização decidida em assembleia. O Sindipetro Caxias interditou parte da Estrada da Fabor, solicitando que os carros entrassem apenas com o



condutor e convocando os trabalhadores a participarem das mobilizações. Os petroleiros da Petrobrás Transporte e do Gás e Energia demonstraram que estão mobilizados e com disposição para a luta.

O Sindipetro Caxias parabeniza a todos os petroleiros da Reduc, Tecam e Termorio que participaram da mobilização e lembra que estamos em ESTADO DE GREVE.

Conselho Deliberativo

No dia 12 de julho, os representantes dos sindicatos filiados à FUP se reuniram no Conselho Deliberativo, em São Paulo, para decidir os rumos do movimento.

Reunião de PLR

A Petrobrás convidou os sindicatos filiados à FUP para uma nova rodada de negociação da PLR na próxima quinta-feira, 14 de julho, às 9 horas, no Edise. Os petroleiros esperam que a empresa atenda o pleito da categoria.



V CONDOC: petroleiros elaboram pauta e elegem delegados

Cerca de 100 petroleiros da ativa e aposentados estiveram presentes no V Congresso dos Petroleiros de Duque de Caxias (V CONDOC) realizado no último



sábado, 9 de julho, no auditório principal do Sindipetro Caxias. Os trabalhadores presentes elaboraram uma proposta de Pauta de Reivindicações a ser enviada ao Congresso Nacional da FUP. No encontro também foram eleitos 11 delegados para o XV CONFUP que se somaram aos 5 já escolhidos pela categoria em sessões de assembleia na Reduc e Tecam.

Logo na abertura, o diretor da executiva da CUT do Rio de Janeiro, Jadir, explanou sobre as lutas atuais da central e a mobilização por aumentos reais realizada no último dia 6 de julho em todo o Brasil. Foram feitas análises da conjuntura política.

Em seguida, foram eleitos os seguintes delegados ao XV CONFUP:

Charret (TE/ML), Hamude (LP/PL-1), Luís Alberto (ER/AE), Marcos Amaral (CB/HDS), Nivaldo (Aposentado), Rufino (CB/HDT), Robson (MI/EE), Sergio Abbade (LP/PL-1), Torres (TE/MC), Vítor (ER/GPQ) e Wladimir (TE/ML). Os delegados eleitos nas sessões de assembleia na Reduc e Tecam são: Grupo B – Ocyr (ER/TM), Grupo C – Clarice (CB/HDT), Grupo D – Luiz Carlos (ER/GPQ), Grupo E – Ramos (LP/PL-1) e Esdras (Petrobrás Transporte). Todos os delegados eleitos estiveram presentes ao Congresso e defenderão as propostas dos trabalhadores de Duque de Caxias no XV CONFUP, de 3 a 7 de agosto, em Manaus.

Foram debatidas todas as propostas de trabalhadores da Reduc e Tecam enviadas para o correio eletrônico disponibilizado pelo Sindipetro Caxias. Foi recebido um total de 31 mensagens com sugestões para a Pauta de

Reivindicações, sendo a maior parte aprovada por consenso entre os congressistas. Em breve o Sindicato estará divulgando a proposta dos petroleiros de Duque de Caxias em sua página na internet. A pauta da FNP, protocolada no Sindicato por um grupo de oposição, foi remetida para o Sindipetro São José dos Campos, onde ocorre o congresso daquele grupamento.

Ao final dos debates, foi aprovada uma Moção de Repúdio contra a Petrobrás por não cumprir o Acordo Nacional do Benzeno e não colocar nos Atestados de Saúde Ocupacional de seus empregados os riscos a que estão expostos. Foi lida também uma Moção de Agradecimento ao Sindipetro Caxias, à FUP e à CUT, proposta pelos companheiros do MOPEDE (Movimento dos Petroleiros Demitidos), em razão do apoio dado na conquista das primeiras 105 anistias concedidas aos trabalhadores da Petroflex e Nitriflex demitidos em 1990.

Petroleiro internado há 17 dias aguarda autorização da AMS para cirurgia de ponte de safena

Imprensa da FUP

A história que estamos registrando é verdadeira e, lamentavelmente, poderia acontecer com qualquer trabalhador do Sistema Petrobrás. O personagem desta história é Antonio José Christino Piorro, técnico de administração do Terminal de Campos Elíseos, em Duque de Caxias. Aos 50 anos, ele jamais pensou que um dia ficaria refém da burocracia de um plano de assistência médica, administrado pela maior empresa brasileira. Este petroleiro está internado desde o dia 21 de junho, aguardando a AMS autorizar uma cirurgia para implante de três pontes de safena. O procedimento foi marcado e remarcado por seu cardiologista, mas teve que ser cancelado nas duas vezes, em consequência de erros grosseiros no Sistema da AMS, que não localizava o pedido de autorização feito pelo Hospital Mário Lioni, onde o

trabalhador está internado, em estado grave.

Antônio José já não sabia mais o que fazer, quando seus companheiros de trabalho entraram em contato com o Sindipetro Duque de Caxias, que, junto com a FUP, acionaram imediatamente as gerências da Petrobrás em busca de uma solução. Durante três dias, os dirigentes sindicais testemunharam a ineficiência de um sistema caótico, que está transformando a AMS numa via crucis, que coloca em risco os trabalhadores e seus familiares. Somente no dia 07, dezesseis dias após o pedido de autorização para a cirurgia do petroleiro, a AMS localizou e deferiu o pedido feito pelo hospital. E mesmo assim, foi preciso que a FUP e o Sindipetro Caxias interferissem para que a autorização ocorresse. Um procedimento que deveria ser imediato,

principalmente no caso de uma cirurgia cardíaca. Em consequência desta ineficiência, a cirurgia de Antônio José só foi realizada na segunda-feira, 11 de julho, 20 dias após ele ter sido internado.

Caso como o deste petroleiro coloca em xeque a credibilidade da AMS e a sua própria finalidade, que é zelar pela saúde dos petroleiros e de suas famílias. É inadmissível que a Petrobrás trate com descaso um dos mais importantes benefícios do trabalhador, que, além de correr riscos diários de acidentes de trabalho, agora também tem que rezar para não ficar doente. A FUP e seus sindicatos têm cobrado mudanças imediatas na gestão da AMS e exigido que a Petrobrás priorize esta questão. Mas, pelo que tudo indica, a empresa está apostando no sucateamento do benefício. Os petroleiros não permitirão.

Reduc contrata empresa que lesa os trabalhadores

Com o objetivo de impedir que empresas que dão calote nos trabalhadores firmem contratos com a Petrobrás, o Sindipetro Caxias avisou à gerência da Reduc, por meio de ofício, que a empresa LOMATER é fraudadora da Previdência Social e teria se apropriado das contribuições previdenciárias de seus empregados entre 2004 e 2009, de acordo com denúncias de trabalhadores que eram contratados da empresa e prestavam serviços à refinaria na época. A gerência se manifestou e respondeu que a

LOMATER apresentou uma certidão negativa com efeito de positiva referente às contribuições previdenciárias, ou seja, a LOMATER é devedora de encargos previdenciários e está negociando o passivo. Em sua resposta, a refinaria não se manifesta pela anulação do contrato, mesmo reconhecendo que a contratada é uma empresa que deve à Previdência.

Insatisfeito, o Sindipetro Caxias enviou ofício ao Diretor de Serviços que respondeu que o contrato da LOMATER não é de sua competência, mas do Diretor de

Abastecimento. O Sindicato encaminhou ofício para o Diretor do Abastecimento, mas até agora não houve resposta.

Não restando alternativa, o Sindipetro Caxias estará encaminhando denúncia ao Tribunal de Contas da União para tentar anular o contrato da Petrobrás/Reduc com a LOMATER, pois não existe interesse dos gerentes em tomar tal providência. Ao contrário, alguns gerentes estão defendendo esse contrato e os trabalhadores querem conhecer os seus reais interesses.

CNPBz: Trabalhadores repudiam proposta da Petrobrás de limite de tolerância

Os representantes da CUT na bancada dos trabalhadores da Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz), Itamar Sanches e Marcos Amaral, repudiaram a proposta da Petrobrás de substituição do Valor de Referência Tecnológico (VRT) pelo limite de tolerância ao benzeno durante a reunião de bancadas nesta quinta-feira, 7 de julho, em Vitória, no Espírito Santo. Afirmaram que o objetivo da empresa é reduzir sua bilionária dívida previdenciária, já que há anos vem fraudando suas contribuições ao INSS não pagando a GFIP adicional para os trabalhadores expostos. Destacaram ainda que o documento da Petrobrás menciona que “desde 1995 não se discute a regulamentação à exposição ao benzeno”, desprezando toda a legislação construída ao longo dos últimos 16 anos na própria CNPBz. A bancada dos trabalhadores desafiou a empresa a expor a seus empregados a proposta apresentada e informaram que os signatários do documento fazem apresentações em diversos fóruns se dizendo representantes de entidades científicas, sem revelar que são gerentes da Petrobrás.

Na reunião, o próprio coordenador da bancada patronal, que representa o setor siderúrgico, petroquímico, além do setor petróleo, disse ter estranhado e não endossado a forma como a Petrobrás encaminhou a proposta. A empresa entregou o documento diretamente ao MTE em vez de encaminhá-lo para debate na CNPBz, que é o procedimento normal. Apesar da indignação dos representantes da bancada dos trabalhadores com a proposta da Petrobrás, a bancada patronal informou que vai apresentar nova proposta nos mesmos moldes até a próxima reunião da comissão em outubro.

Os representantes da bancada de governo, por sua vez, relataram seu

desconforto com a proposta de substituição do VRT pelo limite de tolerância, bem como a forma de encaminhamento utilizada pela Petrobrás. Disseram que a empresa age ao arrepio da lei ao não colocar o risco benzeno no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de seus trabalhadores e que o MTE vem autuando e multando a empresa frequentemente. Adiantou que caso a bancada patronal apresente a mesma proposta à CNPBz não haverá acordo. A pesquisadora da Fundacentro, Dra. Arline Arcuri, disse que os argumentos apresentados pela empresa para substituição do VRT são equivocados e que já tem um posicionamento científico contra o conceito de limite de tolerância.

Ao final do encontro, a bancada dos trabalhadores leu uma Moção de Repúdio ao SMS/Saúde da REPAR levada à CNPBz pelo Sindipetro-PR/SC. A moção repudia a prática de não lançar no ASO dos empregados os riscos ambientais a que esses estão sujeitos.

Vale lembrar que o benzeno é um produto carcinogênico e não há limite seguro de exposição.

TE/ML no PPEOB

Outro ponto de debate na reunião da CNPBz foi a exclusão dos trabalhadores do TE/ML do Programa de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno (PPEOB) decidida unilateralmente pela gerência da Reduc. O representante da bancada dos trabalhadores, Marcos Amaral, e o coordenador do GTB da refinaria, Eduardo Charret, explicaram que o acordo para inclusão dos trabalhadores do TE/ML no PPEOB da Reduc se deu na Comissão Estadual do Benzeno do Rio de Janeiro (CEBz/RJ), no ano de 2004, em razão de alterações hematológicas e clínicas em 7 trabalhadores daquela gerência à época. Até hoje um deles aguarda decisão judicial

reconhecendo o nexo causal da doença com a exposição ao benzeno na refinaria. Os trabalhadores do TE/ML são responsáveis pela operação das 7 tochas da refinaria. As tochas recebem correntes de nafta reformada da U-1220 com mais de 4% de teor de benzeno. A U-1220 descarta continuamente para o sistema de tochas. As instruções operacionais da unidade revelam que o descarte para o sistema de tochas não é feito apenas em situações de emergência, mas de forma contínua. Embora tenha havido monitoração ambiental e biológica durante os últimos anos, nunca foi feita uma cromatografia sequer das correntes.

O gerente responsável pela Higiene Ocupacional da Reduc contestou os argumentos da bancada dos trabalhadores, alegando que fez as monitorações ambientais e biológicas durante todos esses anos e nunca encontrou qualquer alteração. Disse que o descarte para tocha da U-1220 não é constante, está lá apenas para atender uma emergência da refinaria e não funciona como uma extensão da unidade. Mudou o discurso em relação à duração do acordo. Teria entendido que “por um tempo prolongado”, como está na Ata de Reunião da CEBz/RJ de 2004, seria por 5 anos.

Ocorre que a argumentação utilizada pelo gerente é inconsistente. A legislação diz que todos os trabalhadores em unidades com correntes de benzeno superiores a 1% têm que ser incluídos no PPEOB e monitorados biologicamente, bem como deve ser feita a monitoração ambiental. É muito bom que não tenha sido encontrada nenhuma alteração. É para isso que serve o PPEOB. Prevenir a exposição. Nas demais refinarias os setores que operam o sistema de tochas estão no PPEOB exatamente por este ser uma extensão das unidades.

Continua na pag 4

Continuação

A bancada de governo propôs uma medição de concentração de benzeno nas correntes do sistema de tochas da Reduc. Há evidências que essa área é de risco potencial e tem razoáveis possibilidades de passar uma corrente superior a 1%. Por isso, e também pelo fato de já terem ocorrido casos de alterações hematológicas em trabalhadores, a área deveria continuar no PPEOB.

Como não houve acordo para manutenção do TE/ML no PPEOB da Reduc, a questão voltará a ser discutida na próxima reunião da

CEBz/RJ marcada para o dia 21 julho.

Aposentadoria especial

O Sindipetro Caxias segue lutando pelo direito à aposentadoria especial em várias frentes. Junto ao governo federal luta pela regulamentação da aposentadoria especial para todos os trabalhadores expostos a agentes químicos e físicos nocivos, como benzeno, hidrocarbonetos e ruído. Apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho de que a Petrobrás não registra qualquer risco ocupacional no ASO e no PPP de seus empregados, com abertura

de Inquérito Civil Público. Denunciou à Receita Federal a sonegação fiscal praticada pela empresa em razão do não recolhimento da contribuição adicional para os trabalhadores expostos ao benzeno. Ingressou em juízo pedindo o reconhecimento do direito ao INSS para os trabalhadores incluídos no PPEOB da Reduc. E agora está preparando uma ação judicial para obrigar a Petrobrás a registrar os riscos ocupacionais no ASO e PPP dos seus empregados. Para isso, pede que os trabalhadores enviem cópia do seu ASO para o Sindicato.

Sindicato solicita cópia do ASO aos trabalhadores

O Sindipetro Caxias está preparando uma ação judicial contra a Reduc/Petrobrás em razão de a empresa não registrar os riscos ambientais previstos no PPRA e no PPEOB no ASO – Atestado de Saúde Ocupacional – de seus empregados. Essa denúncia já é alvo do Ministério Público do Trabalho, mas está demorando a transitar. Agora que foi feita a necessária alteração no Estatuto, conferindo competência para o próprio Sindicato ingressar com Ação Civil Pública, a ação será ajuizada.

Para viabilizar a ação, é preciso que os trabalhadores enviem cópia do seu ASO ao Sindicato. Os que estão no PPEOB devem escrever no ASO que são do Grupo Homogêneo de Exposição ao Benzeno.

Os demais devem escrever os riscos a que estão sujeitos em seu ambiente de trabalho e as unidades em que trabalha.

Médicos do Trabalho

Na maioria dos ASOs os médicos do trabalho da Reduc estão registrando “ausência de riscos específicos”, o que significa dizer que não há nenhum risco ambiental nos locais de trabalho. Essa é uma orientação do Abastecimento com o objetivo de fraudar a Previdência e coloca os médicos numa situação bastante delicada, pois quando eles omitem os riscos passam a ser responsáveis pela fraude.

O Sindipetro Caxias denunciou um médico da Reduc ao CRM por reavaliar um afastamento, registrando que o

trabalhador acidentado estava apto ao trabalho se contrapondo a um especialista. Os médicos do trabalho precisam decidir se são “médicos” ou se são “empregados” da Petrobrás. Precisam decidir se vão cumprir o seu papel de “médico” ou se vão renegar seu conhecimento e juramento de proteger a saúde do cidadão, cumprindo metas gerenciais para ganhar níveis e promoções.

O Sindipetro Caxias solicita aos médicos da Reduc que não assinem o ASO sem verificar se os riscos ambientais estão registrados. Consultem o trabalhador. Caso não estejam registrados os riscos ambientais, façam uma ressalva. Vamos todos juntos defender a saúde do trabalhador. Afinal, somos todos petroleiros!

Atividade Especial no Horário Administrativo: separar o joio do trigo!

O Sindipetro Caxias vem recebendo denúncias de que trabalhadores da Atividade Especial no Horário Administrativo estão contando para o número mínimo de segurança das unidades operacionais da Reduc e, inclusive, cumprindo jornada diferenciada. O Sindicato já solicitou à Reduc diversas vezes, por ofício, a lista nominal desses empregados para poder fiscalizar o cumprimento do acordo. Deu prazo até o dia 11 de julho, mas até agora não recebeu a lista nominal por parte da Petrobrás.

Vale lembrar que os empregados listados no acordo deixam de ser do Regime de Turno e passam a ser, provisoriamente, do Regime Administrativo, enquanto trabalhadores do Regime Administrativo deixam de ser executantes nas rotinas dos grupos operacionais e passam ter outras atividades. O acordo prevê atividade de Empreendimentos, Apoio à Gestão e Parada de Manutenção.

DENÚNCIA

O Sindipetro Caxias solicita aos

trabalhadores da Reduc que enviem o nome dos empregados que estão descumprindo o acordo da Atividade Especial no Horário Administrativo para que seja solicitada sua exclusão e o retorno imediato ao Regime de Turno. Os trabalhadores devem denunciar ao Sindicato, via correio eletrônico, o nome completo do empregado, gerência, informando ainda o dia e o grupo onde este atuou como executante no Regime de Turno. Denuncie quem não cumpre o acordo em denuncia@sindipetrocaxias.org.br.

E agora, Reduc? 13 de julho: Prazo esgotado para troca das tubulações de ácido

O prazo que a Reduc tinha para substituir as tubulações de ácido sulfúrico da U-1322 por outras revestidas por teflon se esgota nesta quarta-feira, 13 de julho. A partir de agora, caso não tenha providenciado a substituição, a

refinaria estará em dívida com a Justiça do Trabalho e terá que pagar uma multa diária de R\$ 100 mil. Se ainda assim não providenciar a troca das tubulações, além de pagar a multa milionária terá a unidade interdita. Tudo em

razão de ação ajuizada no ano passado pelo Sindipetro Caxias visando garantir a segurança e a integridade física dos trabalhadores da operação e manutenção.

Com a palavra a gerência da Reduc.